

A transmissão psíquica geracional na parceria amorosa

The generational psychic transmission in the loving partnership

Rebeca Espinosa Cruz Amaral*

Andrea Seixas Magalhães**

Mariana Gouvêa de Matos***

Resumo

O objetivo do estudo foi discutir a repercussão da transmissão psíquica na constituição e na manutenção do vínculo conjugal. Para isso, debatemos sobre as conceitualizações acerca da transmissão psíquica e da constituição da conjugalidade e, em seguida, ilustramos a discussão com fragmentos de um caso clínico atendido em Serviço de Psicologia Aplicada de uma universidade carioca. Concluímos que na construção do vínculo conjugal, que se inicia com a escolha objetual, os sujeitos têm por base seus referenciais infantis transmitidos geracionalmente, ou seja, são influenciados pela compreensão que possuem sobre o casamento de seus pais e pela forma como introjetam e se apropriam de suas heranças familiares.

Palavras-chave: Conjugalidade. Transmissão Psíquica. Escolha objetual.

Abstract

The aim of the study was to discuss the impact of psychic transmission on the constitution and maintenance of the marital bond. For this, we debate the conceptualizations about the psychic transmission and the constitution of conjugality and, after that, we illustrate the discussion with fragments of a clinical case assisted in the Applied Psychology Service of a university in Rio de Ja-

* Mestre e Doutoranda em Teoria Psicanalítica na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Psicoterapia de Família e Casal pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e em Psicanálise com crianças e adolescentes pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. respinosacamaral@hotmail.com

** Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora Associada do Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. andreams@puc-rio.br

*** Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. mariana.g.matos@hotmail.com

neiro. We conclude that in the construction of the marital bond, which begins with the object choice, the subjects are based on their childhood references generationally transmitted, that is, they are influenced by the understanding they have about their parents' marriage and by the way they introject and appropriate of their family heritage.

Keywords: *Conjuality. Psychic Transmission. Object choice.*

Introdução

*“Futuros amantes, quicá
Se amarão sem saber
Com o amor que eu um dia
Deixei pra você”
(HOLANDA, 1993)*

No campo da psicoterapia de casal sabemos que são vários os fatores que interferem na constituição, coesão e funcionamento da conjugalidade. Chico Buarque (1993) canta que os futuros amantes se amarão, sem saber, com um amor deixado para eles por antepassados. E, em outras palavras, é isso que também afirma Eiguer (1989) quando diz que, ao constituir um casal, os sujeitos são influenciados por um sentimento de busca saudosa por reencontrar seus grupos originários míticos, buscando encontrar no outro o eco de suas fantasias originárias. Ainda segundo o autor, cada sujeito projeta sobre o outro relações com seus objetos fantasísticos em uma tentativa de que esse grupo que se constitui chegue a um denominador comum entre as fantasias inconscientes dos membros. A busca será pela estruturação do grupo de tal forma que o vínculo corresponda de alguma maneira ao exigido pelas relações objetais inconscientes de cada um.

Além de Eiguer (1989), Weissmann (2021) também ressalta que os sujeitos, na formação de um novo casal, trazem consigo os modelos de casal provenientes das relações entre seus pais e, a partir disso, constroem uma estrutura vincular inconsciente conjunta e um objeto casal compartilhado próprio. Trata-se do vínculo da conjugalidade, o qual podemos definir, como o faz Féres-Carneiro (2021) seguindo as indicações de Eiguer, “como uma superposição de duas relações de objeto que têm como modelo de identificação a representação do casal parental” (p. 98). A autora prossegue nessa lógica de que a constituição do casal e do vínculo conjugal é atravessada pelo casal parental de cada um dos membros desse novo casal, afirmando que

A conjugalidade, ao mesmo tempo que reedita o romance familiar, propicia a elaboração das vivências infantis. O encontro com o parceiro gera a oportunidade de metabolização e de desenvolvimento do psiquismo, entrelaçando passado e presente, dentro de um projeto que pressupõe uma perspectiva de presente e, simultaneamente, de um futuro a dois. Desde o momento da concepção, o sujeito está marcado pelo olhar dos pais, pelos seus ideais e pelos mitos familiares que se inscrevem e es-

truturam o psiquismo. O bebê retoma e encarna o ideal narcísico dos pais e, ao mesmo tempo, se alimenta desse envoltório narcísico para se construir como sujeito e, num futuro provável, constituir novas conjugalidades e novos bebês (FÉRES-CARNEIRO, 2021, p. 98).

Em sequência, Féres-Carneiro (2021) explica, ainda, recorrendo às concepções da psicanálise vincular, que desde seu nascimento, a partir dos primeiros modos de interação com o outro, o sujeito forma para si uma representação de seus vínculos, e esta irá influenciar a formação do novo casal. Deste modo, segundo a autora, é inegável que “a conjugalidade se origina na trama inconsciente familiar dos sujeitos-parceiros e que, nas famílias, histórias passadas e presentes se misturam e são transmitidas aos filhos, associadas a expectativas de futuro” (FÉRES-CARNEIRO, 2021, p. 99). Assim, conclui ela, o modo como esses sujeitos-parceiros constituem seu vínculo e formam um casal sofre influência da compreensão que possuem sobre o casamento de seus pais e da forma como se apropriam de suas heranças familiares.

Tais postulações, portanto, deixam evidente que na constituição do vínculo conjugal, desde a escolha de objeto, há uma forte influência da transmissão psíquica entre gerações. É, pois, seguindo toda esta trilha que nos questionamos aqui a respeito dos efeitos da transmissão psíquica na conjugalidade. Dessa forma, o objetivo do presente artigo é discutir a repercussão da transmissão psíquica na constituição e na manutenção do vínculo conjugal.

Conceituando a transmissão psíquica

No que concerne à transmissão psíquica, um dos autores que mais fala a respeito é Kaës (2005), que extrai tal conceito das concepções de Freud sobre a hereditariedade desde os textos pré-psicanalíticos. Vale destacar que, segundo o autor, Freud não fala da hereditariedade em nível biológico, mas a partir de sua concepção da genealogia do sujeito na relação com o outro. Ele aponta, então, que Freud já se referia indiretamente à transmissão psíquica quando abordou a questão da transmissão da neurose em vários textos, ora falando de uma transmissão intrapsíquica, de uma instância a outra, ora de uma transmissão geracional a partir da trama fantasmática familiar, que inclui tanto a identificação aos modelos parentais, como a transmissão pré-histórica de traços mnemônicos das relações com as gerações anteriores pelo que é visto, ouvido e contado da história familiar. Segundo Kaës (2005), o que vemos na obra

de Freud são apontamentos frequentes para a questão edípico-relacional que marca que o sujeito sempre se coloca em um grupo com o qual se relaciona, assumindo um lugar neste a partir do desejo daqueles que ali estão.

Além de fazer um percurso pela obra freudiana, Kaës (2005) aborda também o desenvolvimento desta temática na psicanálise apontando seu lugar fundamental para autores da escola inglesa que pensavam as questões das relações de objeto. Do mesmo modo, aborda a psicanálise francesa, na qual, principalmente através da obra de Lacan, sujeito e Outro são vistos de modo associado, com um destaque especial para o fato de que os pais, primeiros Outro da criança, são os responsáveis por, mesmo antes de seu nascimento, lhe conferirem um lugar simbólico.

É a partir de toda esta base, então, que alguns autores começam a falar da transmissão psíquica entre gerações pela via da fala, dos gestos, olhares, de histórias, pensamentos, afetos, memórias, identificações, fantasias, culpas, modos de defesa, significantes, interditos, ideais, sintomas, traumas, e mesmo a forma como se lida com a castração, de maneira consciente e inconsciente. Tais autores afirmam que essa transmissão se dá por duas vias: uma transmissão transgeracional e descendente – através da qual conteúdos entram na vida psíquica do sujeito por intermédio dos conflitos infantis de seus antepassados, como pais e avós – que é considerada de certa forma como invasiva, por conferir à criança materiais brutos, não elaborados, que passam pelos sujeitos de maneira violenta, atravessando-os sem uma abertura de espaço à elaboração; e uma transmissão intergeracional, onde vê-se certa distância entre o transmissor e o receptor, havendo limites mais demarcados entre eles, e que se dá desde as interações precoces do bebê, pela via da linguagem verbal e não verbal, e implica uma sintonia afetiva e uma visada do sujeito como singular que, ao receber a herança que lhe é transmitida age ali como um transformador, recriador do que lhe é passado, permitindo novas elaborações, tomando alguns elementos para o seu próprio mito individual (BENGHOZI, 1999; CORREA, 2000; GRANJON, 2000; KAËS, 2005; TRACHTENBERG, 2021a, 2021b). Cabe ressaltar que ambas as modalidades de herança são constitutivas e inerentes aos grupos humanos.

Contudo, apesar de constitutivas, as histórias transmitidas podem enriquecer o sujeito ou torná-lo prisioneiro. A transmissão geracional é de suma importância para a constituição do sujeito, o qual é sempre precedido por um grupo responsável por uma transmissão e por lhe conferir lugares, funções, impor limites, apresentar objetos, ideias, etc., a partir das quais ele poderá transformar, (re)construir, (re)organizar. A questão é que, quando não há uma

separação entre o transmissor e aquele a quem se transmite, o sujeito é posto em um estado de alienação, pois passa a portar uma história que não lhe pertence, que está sob o domínio da repetição, e isso pode ter efeitos patológicos devastadores.

Nesse sentido, Fraiberg *et al.* (1994) falaram da presença de fantasmas no quarto das crianças, visitantes do passado dos pais que, ao invadirem os espaços, afetam a relação destes com a criança – mesmo que o façam por vezes de modo que conscientemente os pais não reconheçam ou resistam a mexer nas repetições que estão em jogo – e o desenvolvimento desta na medida em que lhe dirigem a repetição das dores familiares. Isso ocorre quando os afetos relacionados às experiências dolorosas dos pais não são suficientemente elaborados.

A postulação dos autores sobre a presença de fantasmas nos quartos das crianças nos faz questionar se não poderíamos dizer também, quando pensamos a respeito da conjugalidade, da presença de fantasmas no quarto do casal. Mas, para que cheguemos a esse ponto, é preciso que antes compreendamos como se dá a constituição do vínculo da conjugalidade, refletindo acerca da influência do processo de transmissão psíquica inter e transgeracional, ponto ao qual nos dedicaremos a seguir.

Constituição da conjugalidade

Como buscamos apontar anteriormente, os estudos sobre a conjugalidade mostram que as histórias dos casais possuem uma pré-história, pois a construção do vínculo conjugal tem início na história individual dos pais de cada parceiro, e passa também pela construção da conjugalidade deles, sendo a compreender isso mais detidamente que nos dedicaremos neste momento. Fazemos isso seguindo a indicação de Eiguer (1989) de que o elemento transgeracional é um dos fatores – não o único, vale dizer, de modo que ele deve ser visto em associação aos demais – que possui um importante papel na vida do casal e em sua constituição. Segundo este autor, as heranças psíquicas estão sempre presentes para os casais, pois seus vínculos se inspiram em modelos ancestrais, de seus pais e avós, buscando satisfazer uma ou mais identificações, de modo que é sempre preciso considerar as dinâmicas inconscientes que ligam os cônjuges não só para compreendê-las, mas também para elaborar as heranças recebidas, visto que estas podem ter a capacidade de gerar transtornos para o casal.

Falcke *et al.* (2014) questionam se podemos considerar a escolha conjugal dos sujeitos realmente tão livre e espontânea como soa ser quando, durante os rituais de enlace, as autoridades questionam se o desejo pela união é livre e espontâneo. Segundo as autoras, a resposta a essa pergunta seria não, visto que diversos fatores influenciam a escolha do cônjuge, tendo importância central dentre os mesmos a influência, direta ou indireta, das famílias de origem dos sujeitos. As autoras fazem essa ressalva a respeito da influência direta e indireta destacando que, em tempos passados, eram as famílias que determinavam diretamente essas escolhas, o que não ocorre mais em nossos tempos. Isso, entretanto, não extingue a interferência das experiências dos sujeitos com suas famílias de origem, que estão na base de seu vínculo conjugal. Elas definem, então, as famílias de origem dos sujeitos

como transmissoras de um sistema de crenças e mitos que é a base para a formação do novo casal. Sendo por motivações conscientes ou inconscientes, pela assimilação dos modelos parentais ou pela repetição de padrões comportamentais aprendidos, as experiências vividas nas famílias de origem são, invariavelmente, partes integrantes desse processo (FALCKE *et al.*, 2014, p. 68).

Tendo isso em vista, Falcke *et al.* (2014) defendem que se a vida conjugal significa eminentemente compartilhar, o essencial a ser compartilhado é a história trazida por cada um, suas experiências de inserção nas famílias preexistentes. Será isso que, mesmo que não seja comumente de forma consciente, dará sentido à opção conjugal. Com isso, elas corroboram as concepções de Bowen (1979), que afirma que o sujeito estabelece vínculos conjugais, muitas vezes, com pessoas que expressam a recriação de suas próprias famílias de origem, e passam a tentar coagir o outro para torná-lo responsável pelas injustiças ou méritos recebidos de sua família de origem, buscando inconscientemente um equilíbrio e uma revisão com a família de origem.

Além disso, no que concerne a essa interferência das famílias de origem, Falcke *et al.* (2014) apontam ainda que essa se dá também pela observação que os sujeitos fazem dos casamentos de seus pais, os quais passam a ser considerados como modelos dos vínculos conjugais com os quais se identificarão, mesmo quando afirmam não desejarem fazê-lo, em um movimento que leva à repetição dos padrões originais por uma necessidade inconsciente de responder ao passado. Nesse ponto, as autoras afirmam afinarem-se com a teoria de Elkaim (1990) de que a escolha do cônjuge é constituída pelo que ele chama de

um Programa Oficial, que é aquilo que os sujeitos alegam conscientemente esperar do parceiro, e o que chama de um Mapa de Mundo, que é o que reflete suas necessidades com base nos mapas construídos no passado em suas famílias de origem. Assim, dizem elas que há uma busca do conhecido que “é o que formata o processo de reprodução transgeracional que perpassa e acompanha as famílias” (FALCKE *et al.*, 2014, p. 72).

Nesse sentido, com Kaës (2005) podemos compreender que o estabelecimento do vínculo conjugal diz respeito ao estabelecimento de alianças psíquicas conscientes e inconscientes estabelecidas entre os membros do casal, sendo estas entendidas como o “cimento” da matéria psíquica responsável por unir os sujeitos em grupo. Dentre essas alianças, vale dizer que Kaës (2009) destaca o contrato narcísico, o qual diz respeito à missão de cada sujeito de assegurar uma continuidade do conjunto social, geracional – o que se dá principalmente via processo de identificação –, tendo, por isso, um lugar central no processo de transmissão psíquica. Importante dizer ainda que, para Kaës (2005), além dessas alianças, para sustentação do vínculo conjugal é essencial também o desejo dos cônjuges e o reconhecimento deste vínculo pela comunidade, o que permite o estabelecimento pelo casal de uma identidade.

Dito isso, podemos agora pensar mais propriamente a respeito da função da transmissão psíquica na constituição dos casais. A experiência amorosa resgata a vida pulsional infantil e mobiliza reconfigurações identificatórias, e é a via das identificações que nos conduz à questão da transmissão psíquica, visto que essa é uma das vias pelas quais a transmissão ocorre. É isto o que apontam Cibella *et al.* (2015), que afirmam que as transmissões geracionais se notam desde o momento da escolha do parceiro pela busca de aspectos ligados ao ideal do eu, o que é fundamental para a constituição do novo casal. Como afirma Eiguer

A escolha de objeto sexual, lembremo-lo, ao mobilizar os inconscientes individuais, dá nascimento ao inconsciente do casal e, em seguida, ao da família. A ressonância do objeto interior inconsciente do sujeito com o parceiro e a ressonância do objeto interior do parceiro com o sujeito fundaria uma dupla ligação Ego-objeto inconsciente (relações objetais entrecruzadas que fundam o mundo de objetos inconscientemente partilhados). (EIGUER, 1989, p. 34).

Assim, para Eiguer (1989), a fundação de um eu conjugal se dá a partir da interfantasmatização, ou seja, do entrecruzamento das fantasias de cada membro do grupo familiar e, portanto, de relações objetais internalizadas entre os

membros do casal. Tendo isso em vista, Cibella *et al.* (2015) afirmam, então, que as transmissões intergeracional, transgeracional e a transmissão entre os parceiros conjugais efetuam-se por meio dos mecanismos identificatórios. Elas o fazem seguindo a concepção de Kaës (2005) de que “a identificação com o objeto de desejo e com a fantasia inconsciente do outro é uma passagem obrigatória para se ter um lugar nos vínculos entre gerações”. (p. 131).

Deste modo, as identificações são modelos da transmissão psíquica e, como mecanismos das mesmas, as autoras citam a introjeção, a incorporação e a identificação projetiva. No que concerne aos dois primeiros mecanismos, Magalhães e Féres-Carneiro (2003) explicam que a constituição da conjugalidade via incorporação refere-se à desconsideração do componente alteritário, visto que esse mecanismo, regressivo, diz respeito a uma apropriação total do objeto pelo ego como uma defesa frente à impossibilidade de aceitar sua perda, mantendo-o na fantasia e operando um tipo de ilusão de completude; enquanto pela via da introjeção remete à possibilidade de assimilação e transformação do parceiro, que preserva sua alteridade, visto que esse processo diz respeito à integração de traços do objeto no ego, implicando um trabalho de luto objetal já que apenas parte dele será integrada.

Este último é, portanto, fundamental para a saúde do vínculo conjugal. Segundo Cibella *et al.* (2015), há, na constituição do eu conjugal, um processo de assimilação e elaboração de traços do outro, que é necessário para os membros do casal. Esse trabalho psíquico que envolve a introjeção, porém – ressaltam elas – não se dá linearmente, vista a impossibilidade do encaixe perfeito dos dois egos. Vê-se – elas apontam – que em alguns casos a incorporação predomina, havendo uma recusa do luto.

Além desses, Cibella *et al.* (2015) dissertam ainda a respeito da identificação projetiva, que afirmam ser bastante presente na relação conjugal. Tal conceito foi desenvolvido por Melanie Klein, e segundo Laplanche e Pontalis (2001) visa “designar um mecanismo que se traduz por fantasias em que o sujeito introduz a sua própria pessoa totalmente ou em parte no interior do objeto para o lesar, para o possuir ou para o controlar” (p. 232). Cibella *et al.* (2015) explicam, então, que, na formação do eu conjugal, aspectos destacados de um dos membros podem ser maciçamente projetados no parceiro, por meio desse mecanismo, o que dificulta a delimitação das fronteiras entre o eu e o outro.

Tendo tudo isso em vista, podemos afirmar, portanto, que a escolha amorosa é da ordem da transmissão psíquica da conjugalidade dos pais para os filhos, que deverão integrar essa herança. No campo da conjugalidade, como afirmam Cibella *et al.* (2015), se rememora o passado primitivo da relação

mãe-bebê e o passado edípico, relações fundadas em um desamparo inicial, uma falta, um trauma constitutivo e estruturante que, quando mal assimilados, podem retornar no casamento. Ou seja, no encontro conjugal pode se dar a revivência das relações primárias e edipianas na medida em que os membros do casal se deparam com o excesso pulsional proveniente dessas relações, e isto pode ser vivenciado como traumático.

Entretanto, como apontam Magalhães e Féres-Carneiro (2003), embora em certa medida a fusionalidade e dependência sejam esperadas na conjugalidade, como reedições das relações primordiais e como demandas de apoio narcísico ao parceiro do vínculo, a conjugalidade, enquanto encontro de duas subjetividades, pode operar como via de elaboração do que vinha sendo transmitido geracionalmente como trauma e abrir espaço à renovação. Nesse sentido, Magalhães e Féres-Carneiro (2005) afirmam que “a transmissão demanda uma diferenciação entre o que é transmitido e o que é recebido e transformado, tendo em vista o processo de historialização e temporalização do sujeito e o processo de apropriação do legado” (p. 31), ou seja, é preciso, segundo elas, que o ego faça uma filtragem, o que no caso dos casais é uma atribuição do eu conjugal fundamental, para que fantasmas não assombrem o quarto do casal.

Assim, compreendemos que o vínculo conjugal estabelecido sempre conterá elementos de repetição, mas sempre será também um novo acontecimento, que também irá operar modificações nos sujeitos envolvidos, os quais também podem modificar os elementos recebidos. Os sujeitos são, portanto, ao mesmo tempo, ativos e passivos no que tange à transmissão, pois são herdeiros de experiências que lhes precedem, e que podem lhes enriquecer ou aprisionar, mas têm potencialidades de receberem, modificarem e transmitirem conteúdos diferentes na construção de seus vínculos conjugais. Isto, principalmente em função de a conjugalidade propiciar a interação das tramas psíquicas dos sujeitos – compostas por seus desejos, fantasias, ilusões, mitos e elementos traumáticos, seus fantasmas geracionais –, de forma que será a metabolização dessas, para a qual contribui o efeito modificador operado pelo outro parceiro enquanto alteridade e as trocas identificatórias entre os membros do casal, como defendido por Eiguer (1989), que constituirá a originalidade do casal, produzindo um psiquismo compartilhado e um “eu conjugal” único. Ou seja, quando se casam, os sujeitos carregam os legados familiares próprios e passam a conviver com os legados de seus parceiros. Esses compreendem também recalcamientos e restos que podem ser geradores de sofrimento e que por isso precisam ser atualizados e elaborados (GOMES, 2007).

É nesse sentido que, para finalizar, retomamos o trabalho de Falcke *et al.*

(2014) que também ressaltam que apontar tudo que concerne à transmissão psíquica geracional não significa falar em termos deterministas. Isto, tanto por esse não ser o único fator de influência, como pelas vivências e ambientes também atravessarem os legados, e, por ainda ser possível e necessário um processo de separação-individuação saudável da família de origem, que engloba uma revisão e um entendimento das experiências passadas, para a construção e o sucesso das relações futuras. Ou seja:

Pode-se dizer que o distanciamento necessário com relação aos laços familiares do passado é o que possibilitará a conquista de vínculos afetivos no presente. (...) parece fundamental que, no processo de constituição da relação conjugal, os cônjuges implicados tenham conhecimento da herança que carregam para tal relação. (...) Nesse sentido, o mais importante não é o que os pais fizeram ou o tipo de relações que as pessoas experimentaram na infância, mas a forma como passamos a administrar as experiências do passado e a forma como as aproveitamos na definição e condução dos caminhos (FALCKE *et al.*, 2014, p. 77).

Posto tudo isso, seguiremos nosso trabalho trazendo uma ilustração clínica que nos possibilitará melhor visualizar os melindres do que expusemos teoricamente até o presente momento e trazer reflexões que podem apoiar o avanço da teoria e da prática no campo de atendimento com casais.

Método

Este trabalho consiste em um estudo teórico-clínico (VORCARO, 2010), ilustrado com fragmentos de um caso de psicoterapia familiar atendido no Serviço de Psicologia Aplicada de uma universidade carioca. Apesar de o caso consistir em psicoterapia de família, a fantasmática inerente ao vínculo conjugal se fez presente ao longo dos atendimentos, sendo por isso, portanto, que faremos um recorte a fim de alcançar o objetivo do presente artigo. Para preservar o sigilo, utilizamos nomes fictícios.

O casal e sua(s) família(s): uma ilustração clínica

Renata, de 54 anos, casada com Evandro, 58 anos, buscou terapia familiar por indicação da escola de seu filho, Marcio, de 8 anos, por este estar tendo algu-

mas atitudes violentas. Apesar de inicialmente Renata ter focado no comportamento de Marcio, logo na primeira sessão, ao ser questionada sobre suas pretensões com a terapia familiar, disse querer superar algumas dificuldades do relacionamento com o esposo.

Renata contou que ela e o marido vinham tendo alguns conflitos devido ao fato de ele querer que ela fizesse tudo para ele. Quando não o fazia, ele ficava resmungando, o que lhe gerava sentimentos de sobrecarga e cansaço. Renata relembrou que se converteu à religião evangélica aos 23 anos e esperava se casar e ser feliz para sempre. Mas logo após o nascimento de Marcio, os conflitos começaram a surgir, já que não conseguia mais “dar conta de tudo” sozinha, como sempre fizera. Além disso, segundo ela, há algum tempo eles tiveram atritos em função de desconfianças e acusações de adultério que o marido fez a ela, mas já tinham se resolvido nesse sentido. Relacionou os problemas atuais do casal ao fato de o marido ser nordestino, alegando que os homens nordestinos acham que as mulheres têm que fazer tudo.

Renata é natural do Rio de Janeiro, mas sua família de origem também é nordestina. Aos 39 anos, casou-se com Evandro que, na época, era semianalfabeto. Renata foi responsável por tê-lo matriculado em unidades escolares, incentivando seus estudos.

Desde a primeira sessão ficou claro o forte vínculo existente entre Marcio e Renata, que contaram sobre vários momentos de afeto entre eles. Mas não foram relatadas ou expressadas demonstrações de afeto entre Renata e Evandro e nem entre Evandro e Marcio, com exceção do fato de Renata e Evandro chamarem-se de “amor” e dizerem tentar falar “palavras positivas” um para o outro.

Na terceira sessão, Evandro compareceu após Renata ter manejado os horários de trabalho dele. Renata fez, então, diversas reclamações, principalmente sobre o fato de ele passar muito tempo no telefone com a mãe e as irmãs “falando besteiras”, como contando o que vestiu, comeu, etc. Evandro justificou ser muito ligado à mãe e às irmãs, pois seu pai faleceu quando ele era criança e elas sempre foram sua base, principalmente a mãe, que sempre foi muito forte, os criou e, mesmo após a morte do pai, permaneceu fiel a ele. Evandro disse também que não sabia o que dizer no espaço da terapia e que já tinha perguntado isso a Renata algumas vezes. Após isso, porém, começou a falar muito, ocupando todo o espaço restante da sessão, o que pareceu ter incomodado Renata, que ficou cabibaixa. Entretanto, ao contrário dela que sempre focava mais na relação deles enquanto um casal, ele se direcionou à criação de Marcio, e se queixou de, por vezes, Renata estabelecer regras sem o consultar.

Após essa sessão, foi realizada uma apenas com o casal, na qual eles contaram como se conheceram: Evandro se apaixonou à primeira vista quando a conheceu trabalhando num restaurante, mas ela não percebeu e o viu só como amigo por dois anos, até que ele se declarou, mas não foi imediatamente correspondido, o que só ocorreu após ela pedir a Deus que se fosse para aquele relacionamento acontecer, ela começar a gostar dele, e ela começou. Na mesma, relataram ainda como era a rotina deles. Evandro disse que “antes era tudo mais alegre”, mas agora Renata não era mais carinhosa com ele e estava sempre nervosa, e Renata justificou esse comportamento dizendo ter que repetir informações para ele diversas vezes e fazer tudo, pois ele era dependente. Evandro disse que antes ela não reclamava disso.

Falaram também sobre a vida sexual deles. Renata se queixou de que Evandro queria ter relações sexuais todos os dias e não entendia quando ela dizia estar cansada mais de dois dias seguidos. Ele dizia que não ia mais procurá-la e ela ficava com medo, sentia-se “um lixo”, aceitando ter relações para “bater ponto”. Evandro se defendeu dizendo que não queria forçá-la e que a questão não era essa, e sim que Renata não se interessava por ele e parecia querer “ser independente”. Nesse momento, revelou que acusou Renata de adultério por tê-la visto se masturbando. Ele acreditava que isso a fazia perder a vontade de ter relações com ele, fazendo com que ele se sentisse “esquecido”. Ela, porém, negou que o fizesse.

Exposto tudo isso, neste trabalho faremos um recorte das questões apresentadas pelo casal enquanto tal, utilizando como chave de leitura a teoria sobre a transmissão psíquica geracional. Observamos na formação do casal Renata e Evandro o eco de seus fantasmas originários, de modo que cada um dos parceiros projeta sobre o outro conteúdos provenientes de suas relações com seus familiares de origem, designando ao outro certo papel nessa fantasmática.

No caso de Evandro isso fica um pouco mais claro, quando vemos que ele demanda de Renata uma postura semelhante à de sua mãe, de cuidado com ele, de força e fidelidade, conforme suas próprias definições dos termos. Ao mesmo tempo, porém, queixa-se de que ela tome decisões a respeito do filho sozinha, bem como de que ela se satisfaça sexualmente sem sua participação. Isso nos aponta para uma ambivalência, que pareceu ser decorrente de um luto mal elaborado pela morte de seu próprio pai. O fantasma de um pai morto parece se apresentar na relação conjugal principalmente a partir da transição para a parentalidade. Ao longo das sessões, a ambivalência parece estar relacionada ao fato de que inspirar seu vínculo conjugal no modelo ancestral de

seus pais buscando satisfazer identificações, é colocar Renata no lugar de esposa de um marido morto. Diante disso, ele, que após o falecimento do pai afirmou ter ficado como único “homem da casa”, mas cuidado pela mãe com muito zelo e afeto, se coloca quase como uma criança, dependente do outro para tudo, demandando incessantemente e reclamando diante de qualquer negativa de Renata. Com este comportamento, corrobora, ainda, o afirmado por Bowen (1979) a respeito de o sujeito, no vínculo conjugal em que recriam suas famílias de origem, tentar coagir o outro para torná-lo responsável pelas injustiças ou méritos recebidos dessa.

Já no caso de Renata, percebemos as heranças psíquicas geracionais ecoando no vínculo conjugal com Evandro. Quando diz que homens nordestinos acham que suas esposas têm de dar conta de tudo, faz clara menção ao seu pai e a seu avô. Da mesma forma, ao dizer das mulheres que fazem tudo por estes homens, reedita o modelo de sua própria mãe, casada com esse homem nordestino (seu pai), o que explicita sua identificação com ela. Trata-se, pois, aqui, do que Kaës (2009) aponta como uma aliança psíquica no vínculo conjugal que se dá via contrato narcísico, no qual há uma missão de assegurar uma continuidade do conjunto social, geracional, principalmente via processo de identificação. Nisto, pois, vemos claramente a transmissão originária de um grupo, de uma cultura – a cultura nordestina – modelo transmitido entre bisavós, avós, pais... com pouco espaço para a diferenciação. Tal aliança, então, se faz presente como herança no vínculo conjugal entre eles que, embora tenham se conhecido no Rio de Janeiro, são ambos nordestinos e carregam consigo tais mitos ligados a suas relações de gênero.

Assim, embora se queixasse de sua sobrecarga e da dependência de Evandro, Renata assumia essa postura de quem faz pelo outro em muitos momentos e com diversas pessoas. Isso aparece em sua fala sobre ter matriculado Evandro em unidades escolares para ele concluir os estudos, nas decisões que toma a respeito de Marcio, e em atos como ser a responsável por remanejar os horários de Evandro no trabalho para que ele pudesse estar presente em uma das sessões.

Como afirmado acima, após o nascimento de Marcio houve um abalo na organização conjugal, pois Renata se tornou mãe de Marcio e, com isso, deixou um pouco de ser “mãe” de Evandro, de lhe dispensar todos os cuidados que ele demandava, fato do qual ele vinha se queixando. A respeito disso, revela-se ainda uma passagem da fase de engajamento do vínculo amoroso à de desilusão desta ilusão primária, ou seja, do domínio da fantasia de sedução e da vivência intrauterina, à fantasia de castração. Dizemos isso com base no esquema proposto por Eiguer (1989) da atividade fantasística do engajamento amoroso.

Segundo ele, inicialmente, na fase de engajamento do vínculo amoroso, encontramos-nos mais próximos da fantasia de sedução e da vivência intrauterina. Esta, porém, não dura um longo período, mas logo se atenua e os amantes são postos à prova no que concerne à solidez do vínculo, fase na qual voltam os afetos persecutórios e frustrantes, a renúncia ao seio (posição depressiva) e a fantasia de castração. Submetido a estas “o casal não pode se imaginar como grupo sem contar com uma outra redescoberta fantasmática: a do vínculo precoce com a mãe” (EIGUER, 1989, p. 47).

Assim, conforme afirmamos acima, vemos se rememorar no campo conjugal de Renata e Evandro o passado primitivo da relação mãe-bebê e o passado edípico, com base em um desamparo inicial, um trauma constitutivo que retorna no casamento na medida em que os membros do casal se deparam com o excesso pulsional proveniente dessas relações e vivenciam isso como traumático.

Diante de tudo isso, recorremos ao apontamento de Lemaire (2005), que assinala 3 saídas possíveis nesses casos: a interrupção da relação por não se resistir à desilusão; a perpetuação do estado ilusório ao preço de uma baixa da interrogação da natureza do apego e da qualidade dos sentimentos recíprocos, uma denegação; e a confrontação disso, diante do que a relação pode se fortalecer por se construir de modo menos defensivo pela aceitação da castração própria e do parceiro.

Consideramos que por algum tempo Renata e Evandro optaram pela saída da denegação, perpetuando um estado ilusório sem se interrogarem sobre seus sentimentos. Desde a entrada na psicoterapia, porém, começam a se permitir apostar na saída da confrontação, a qual pode propiciar a elaboração das heranças recebidas e, com isso, um fortalecimento da relação, transformando esse momento em via para metamorfoses para encontrar uma nova coesão.

Considerações Finais

A ilustração clínica nos permite vislumbrar o que fora afirmado por Kaës (2016), sobre o fato de que em um grupo o sujeito deve ser pensado para além de sujeito do inconsciente, como sujeito do vínculo, sendo as alianças inconscientes, que se inscrevem na articulação dos espaços psíquicos uma liga que mantém o vínculo. Aqui, portanto, o foco da análise é o vínculo, como afirmado por Weissmann (2018), que o define como laço que une os sujeitos criando um “entre” que os relaciona intersubjetivamente.

Buscamos, pois, trazer uma escuta da dor do relacionamento que se dá no entre, no vínculo. Com isso, vimos que o conflito que se dá entre os membros deste casal consiste na defasagem entre a expectativa projetada de um sobre o outro – que tem por base seus referenciais infantis, suas questões parentais inconscientes –, e sua realidade. Tal defasagem gera decepção e reivindicações, de modo que ambos demandam sempre uma reação do outro no sentido de corresponder à expectativa projetada sobre ele, e revela uma dificuldade de reescrever e renovar o vínculo. Seguindo o apontamento de Puget e Berenstein (1994), o começo do vínculo do casal registra-se como o momento do namoro, o qual cria a ilusão de um tipo de relacionamento, mas posteriormente este precisa se reverter e se constituir em um vínculo de amor, o qual, de certa forma, quebra com a ilusão do namoro, o que causa certa dor e exige um trabalho vincular do casal para passarem do Um ao Dois do vínculo, dois sujeitos diferentes com um “entre” vincular.

Assim, olhando para a questão, pudemos ilustrar a teoria que trouxemos anteriormente e que embasou nossa discussão sobre a transmissão psíquica geracional na constituição da conjugalidade. Além disso, frequentemente, na clínica os sujeitos se confrontam com a presença do outro e parecem tentar fazer com que seus pensamentos anulem o do outro quando são diferentes. Mas, como diz Weissmann (2018), devemos dar espaço para as alteridades com as quais se constitui o vínculo de modo que as fantasias de cada um possam ser respondidas, confrontadas e colocadas a trabalhar em prol de um vincular. Deste modo, o trabalho vincular terapêutico possibilita aos sujeitos se escutarem em sua alteridade, o que permite o enriquecimento do vínculo e a expressão da subjetividade de cada um dos sujeitos que o compõem, habilitando a recriação do vínculo de acordo com os desejos de seus integrantes por meio da reescritura dos acordos inconscientes.

Tramitação

Recebido 17/08/2023

Aprovado 24/02/2025

Referências

ANDERSEN, T. *Processos reflexivos*. São Paulo: NOOS, 1991.

BENGHOZI, P. Paradoxalidade do laço de aliança e malha genealógica dos continentes do casal e da família. In: RAMOS, M. (Org.). *Casal e família como paciente*. 2. ed. São Paulo: Escuta, 1999.

BOWEN, M. *De la familia al individuo: la diferenciación del si mismo em el sistema familiar*. São Paulo: Paidós, 1979.

CIBELLA, C.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. (2015). Transmissão psíquica de elementos traumáticos na conjugalidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 49 (3), p. 100-112. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2015000300009&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 15 ago. 2023

CORREA, O. B. R. (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2000.

EIGUER, A. *Um divã para a família: do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica*. São Paulo: Artes Médicas, 1989.

ELKAIM, M. *Se você me ama, não me ame: abordagem sistêmica em psicoterapia familiar e conjugal*. São Paulo: Papirus, 1990.

FALCKE, D.; WAGNER, A.; MOSMANN, C. Passando a história a limpo: o impacto das experiencia da família de origem na conjugalidade. In: WAGNER, A. (Org.). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 67-79.

FÉRES-CARNEIRO, T. Conjugalidade. In: LEVISKY, R. B.; DIAS, M. L.; LEVISKY, D. L. (Orgs.). *Dicionário de Psicanálise de casal e família*. São Paulo: Blucher, 2021. p. 97-101.

FRAIBERG, S.; ADELSON, E.; SHAPIRO, V. (1994). Fantasmas no quarto do bebê. *CEAPIA*, 7, p. 12-34.

GOMES, I. C. *Uma clínica específica com casais: contribuições teóricas e técnicas*. São Paulo: Escuta/FAPESP, 2007.

GRANJON, E. A elaboração do tempo genealógico no espaço de tratamento da terapia familiar psicanalítica. In: CORREA, O. B. R. (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional*. São Paulo: Escuta, 2000.

HOLANDA, C. B. de. Futuros amantes. In: *Paratodos*. RCA, 1993.

KAËS, R. *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

_____. *La transmission de la vie psychique et les contradictions de la modernité*. Paris: ERES, 2009.

_____. *Aparelho psíquico grupal*. São Paulo: Ideias e Letras, 2016. p. 325-335.

LEMAIRE, J.-G. *Comment faire avec la passion*. Paris: Payot & Rivages, 2005.

MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Conjugalidade na série identificatória: experiência amorosa e recriação do eu. *Pulsional – Revista de Psicanálise*, 16 (176), p. 41-50, 2003.

_____. Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005. p. 24-32.

PUGET, J.; BERENSTEIN, I. *Psicanálise do casal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

TRACHTENBERG, A. R. C. Herança intergeracional. In: LEVISKY, R. B.; DIAS, M. L.; LEVISKY, D. L. (Orgs.). *Dicionário de psicanálise de casal e família*. São Paulo: Blucher, 2021a. p. 250-252.

_____. Herança transgeracional. In: LEVISKY, R. B.; DIAS, M. L.; LEVISKY, D. L. (Orgs.). *Dicionário de psicanálise de casal e família*. São Paulo: Blucher, 2021b. p. 253-259.

VORCARO, A. Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. In: NETO, F. K.; MOREIRA, J. O. (Orgs.). *Pesquisa em psicanálise: transmissão na Universidade*. Barbacena: EdUEMG, 2010.

WEISSMANN, L. A clínica contemporânea e seus manejos na psicanálise das configurações vinculares. In: RAMOS, M. (Org.) *Psicanálise de família e casal – Desafios clínicos e ampliações teóricas*. São Paulo: Escuta, 2018.

_____. Casal. In: LEVISKY, R. B.; DIAS, M. L.; LEVISKY, D. L. (Orgs.). *Dicionário de Psicanálise de casal e família*. São Paulo: Blucher, 2021. p. 68-70.